

João Diogenes Ferreira dos Santos
Tânia Rocha Andrade Cunha
Acácia Batista Dias
Organizadores

ENTRECRUZANDO SABERES: GÊNERO, SEXUALIDADE,
MEMÓRIA E VIOLÊNCIA

1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2020



NAVEGANDO

A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO INTERIOR DA BAHIA: INTERSECCIONALIDADES POSSÍVEIS*

Raquel Souza¹

Tânia Rocha Andrade Cunha²

Introdução

A violência de gênero, especialmente a doméstica é uma prática recorrente na história e um importante mecanismo de poder que têm nas mulheres seus principais alvos. Ela desconhece fronteiras uma vez que está presente em todos os lugares, em todas as classes e em todas as raças/etnias, além de apresentar diferentes configurações e possibilidades relacionadas ao contexto e à conjuntura, como a do interior da Bahia que abordaremos neste artigo a partir dos arquétipos de “Lampião e Maria Bonita”, das “Quadrilhas” nas Festas Juninas, elementos culturais centrados no amor entre pares que fundem tradição e modernidade e restituem a cumplicidade que animam as relações pessoais e de gênero em padrões típicos do sudoeste baiano.

Nas relações de amor e apego entrecruzam-se narrativas modernas e tradicionais, padrões diferenciados de relacionamento afetivo-sexuais, característicos da vivência da conjugalidade típica do interior da Bahia onde podemos constatar uma constante atualização da narrativa central – Lampião e Maria Bonita – frente às narrativas dissidentes, demarcadas por relações raciais, de gênero e de classe desiguais.

Na literatura, Guimarães Rosa (1995) revela formas de sensibilidade e dureza do amor no sertão. É interessante compreender como tais narrativas dialogam com o mundo contemporâneo e como as desigualdades se manifestam. Desse modo, tanto os padrões de conjugalidade quanto de violência são reveladores de processos sociais contemporâneos.

No interior da Bahia, como em muitos outros lugares é possível perceber que, diferentemente da paixão, o amor é elaborado no cotidiano, na cumplicidade, talhado por um conjunto de gestos e gentilezas de gênero.

Uma ordem moral e de costumes orienta a conduta de homens e de mulheres, e, por fim, estabelecem um padrão moral próprio às comunidades do sertão baiano, nos quais se percebe uma introspecção característica do sertanejo. Os espaços de extroversão e alegria das festas típicas fazem do interior um

*DOI- 10.29388/978-65-81417-25-3-0-f.127-142

¹ Professora Associada do IMS-CAT/UFBA, professora orientadora no ODEERE-UESB e no mestrado em SAÚDE COLETIVA do IMS-CAT/UFBA

² Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus Vitória da Conquista – Bahia, Brasil.

lugar interessante também para compreender formas sertanejas de sociabilidade contemporâneas.

O amor, como definidor de individualidades modernas, reinscreve o “casamento” e a “família” como instituições sociais contemporâneas, fundadas em formas de expressão do apego vivificadas por (re) elaborações sociais, históricas e culturais individualizantes. O amor, artesão da família e da conjugalidade dos tempos modernos, também é talhado num conjunto de afetos e desafetos cotidianos, que demarcam as interações sociais em espaços abertos.

No sertão, vigora ainda um conjunto de conversas ou as conhecidas “fofocas” que orientam a conduta de quem é de dentro e de quem é de fora daquele espaço. Uma forma de moralidade própria das pessoas que vivem no interior da Bahia e que instituem redes de interação íntima e pessoal, por meio dos cochichos, das “resenhas”, das zombarias, das brincadeiras.

Há uma etiqueta social que (re) ordena a moralidade diante das novidades dos recém-chegados. As histórias pessoais dos de fora são “traduzidas” e “resignificadas” pela cultura local fazendo com que as novidades sejam inteligíveis e as distinções de gênero, raça e classe sejam reelaboradas na interação social. Neste sentido, percebemos uma contiguidade na interação íntima e pessoal, que se opõe ao processo de individualização, típico das sociedades ocidentais.

Os assuntos relativos à sexualidade são também objeto de um tipo de “zelo”. Usa-se o sexo para escancarar exageradamente, mas muito do que se diz são recursos de retórica pessoal, artefatos de disputas por controle da narrativa sobre si e sua comunidade. Assim, as situações de violência praticadas contra as mulheres na conjugalidade são uma chave importante para o entendimento das relações entre os gêneros no sertão baiano.

Violência, gênero e raça: interseccionalidades possíveis

A literatura feminista tem vasta produção bibliográfica acerca da violência contra as mulheres. Os avanços, ainda que poucos, em termos de políticas públicas, colocam em voga a cultura da violência, reiterada cotidianamente.

De acordo com Cunha (2007) tratar da violência contra as mulheres é tentar abarcar um conjunto de fatos e situações vinculadas à condição da mulher no mundo atual, que, apesar das reconhecidas conquistas, continua sendo alvo de preocupação de muitos estudiosos e organizações feministas frente à violência que elas continuam sofrendo, especialmente no espaço doméstico.

Em termos gerais a violência de gênero é um problema mundial ligado ao poder, privilégios e controle masculinos. É um conceito amplo que abrange outras formas de violência como a doméstica que atinge mulheres, independente de idade, cor, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual ou condição social. O efeito dessa forma de violência é de caráter social, pois afeta o bem-estar, a segurança, as possibilidades de educação e desenvolvimento pessoal e a autoestima das mulheres.

A compreensão acerca dessa temática é ainda mais difícil quando não há um ambiente de garantias efetivas no combate à violência doméstica. Gêne-

ro é a construção social dos papéis sexuais na divisão sexual do trabalho, refere-se ao lugar social ocupado tanto pelas mulheres quanto pelos homens. A corrente pós-estruturalista coloca as matrizes de poder no centro da análise, impõem a compreensão binária, reducionista e cartesiana acerca das questões de gênero.

A noção de performatividade de Butler (2018), por exemplo, permite compreender a presença do gênero nos diferentes espaços, nos jogos e nas disputas de sentido social e político. Novos sujeitos demandam novas éticas em relação às diferenças. O processo político que permite o surgimento e a afirmação de novos sujeitos é resultante também de conflitos sociais nos quais a violência acontece.

Pensar o gênero implica pensar o jogo de interações sociais, que podem resultar em deslocamento de estruturas de poder. Trata-se de um eixo importante no processo de análise do fenômeno da violência também implica abarcar nexos relacionais entre raça, classe, geração, orientação sexual, entre outras clivagens. Frente a essas demandas e compreensões contemporâneas, voltar à temática da violência de gênero é fundamental para compreender a natureza dos conflitos hoje.

Gênero é um conceito chave para Saffioti (2015). Ela tece sua teoria articulando gênero, raça e classe/etnia para refletir sobre as relações de poder e violência e mostra que há uma gama variada de atribuições aos distintos papéis de gênero, que não podem ser reduzidos ao plano biológico, exclusivamente.

A complexidade do gênero reside na grande abrangência de elementos da vida social que é possível abordar, no âmbito da vida privada e pública, sob as lentes de gênero. Nesse sentido, a teoria da interseccionalidade propõe-se a analisar o entrecruzamento das injustiças sociais e a violência de gênero como fenômenos que se reiteram cotidianamente.

A interseccionalidade é uma abordagem importante no mundo contemporâneo para pensar as oportunidades de vida desigual. Alguns autores, como Crenshaw (2002), apontam esse tipo de abordagem como necessária para pensar condições de vida nas quais há o entrecruzamento de desigualdades sociais (de gênero, raça/etnia e classe).

A interseccionalidade é estruturadora do campo da pesquisa social, hoje. É na análise das trajetórias de vida pessoal e afetiva que é possível observar como os elementos estruturantes das desigualdades se interconectam na vida das mulheres e dificultam o acesso à justiça e à proteção social.

No Brasil a perspectiva socio histórica que engloba o processo de escravização negro-africana é importante também para compreender a conjugalidade. Gilberto Freyre (1990) em sua obra *Casa Grande e Senzala* revela uma hierarquização social no campo da conjugalidade. Demonstra isso por meio de uma quadrinha diz: “*Mulher branca para casar, mulata para fornicar e preta para trabalhar*”. Essa hierarquização do valor social das mulheres para o casamento pode ser evidenciada nos discursos, revelando o outro lado da moeda, no qual a violência destitui as mulheres de um atributo social positivo. As brancas podem ser

desvalorizadas para o casamento e as mulheres negras (pretas, pardas e quilombolas) da capacidade de trabalhar e viver dignamente.

Desse modo, apreender processos de violência de gênero e padrões de conjugalidade permite compreender as transformações da sociedade brasileira e as possibilidades de vivência da afetividade. O sudoeste da Bahia reúne elementos culturais importantes para compreender essa realidade, ao mesmo tempo, abre espaços para novos estudos no campo dos estudos de gênero.

Pensar a violência de gênero envolve dramas pessoais e grandes dificuldades para as mulheres agredidas romperem com o silêncio que envolve tal fenômeno. A consciência da dimensão e das consequências da violência bem como a publicização desses fatos, podem também resultar em sofrimento e dor. A pesquisa que deu origem aos dados aqui analisados foi submetida e avaliada pelo CEP da UESB.

Nesse estudo apresentamos situações de violência conjugal a partir de um olhar interseccional, ou seja, selecionamos algumas narrativas de mulheres negras (pretas e pardas) e brancas com diferentes níveis de escolaridade que revelaram viver ou presenciar situações de violência conjugal.

Em contextos sociais onde há uma grande precariedade nas condições sociais de vida, a violência é uma forma lapidar de impedir que as mulheres possam adquirir maior expressão social e maior poder na sociedade.

O silêncio das mulheres é, então, uma metáfora que expressa opressão e desigualdade de gênero a que estão submetidas. O diálogo, por sua vez, tão necessário na conjugalidade, implica o homem numa nova dinâmica relacional, a violência é uma reação às transformações nas relações de gênero promovidas pela revolução do feminismo. Nesse sentido, avaliar situações de violência da forma como ocorrem e como são percebidas é muito relevante.

Percurso teórico-metodológico

A noção de estrutura e de poder, ou mesmo da ausência de poder, estruturam o eixo de análise sobre a violência. O conceito de *habitus*, de Bourdieu (2007), bem como o conceito de corporificação das desigualdades foi importante para a estruturação da nossa análise. Na pesquisa entrevistamos 173 mulheres, negras e brancas, que cursaram do ensino fundamental, médio e superior durante o período de 2011 a 2013. Das 173 entrevistas, 128 foram transcritas na íntegra para o processo de análise, mas destas, somente 20 entrevistas (10 negras e 10 brancas) foram utilizadas por caracterizar situações claramente de violência. Todas as mulheres foram entrevistadas a partir da técnica “*snow-ball*” ou bola de neve. Essa técnica auxilia na identificação dos sujeitos da pesquisa, além de possibilitar a abordagem de problemas sociais, que não são publicizados com facilidade.

Os estudos sobre formas de identificação racial subsidiaram a classificação de pertencimento étnico-racial das entrevistadas. Cada entrevistadora abordava mulheres com a mesma autotranscrição, brancas, pardas, pretas ou quilombolas. Oracy Nogueira (2015) nos ensina sobre a plasticidade e reflexivi-

dade inerente aos processos de identificação de pertencimento racial no Brasil. É evidente que a forma de classificação racial direciona para a compreensão do fenômeno do racismo e para situações desse tipo de conflito no mundo contemporâneo. Desse modo, gênero, raça e classe se articulam em padrões de desigualdade que afetam as condições de vida das mulheres.

O conjunto de narrativas sobre violência de gênero foi codificado a partir da definição aportada na Lei Maria da Penha. Esta lei foi estudada e, a partir daí construídas categorias de análise que auxiliaram tanto na compreensão teórica sobre a violência de gênero, quanto na análise das narrativas sobre violência.

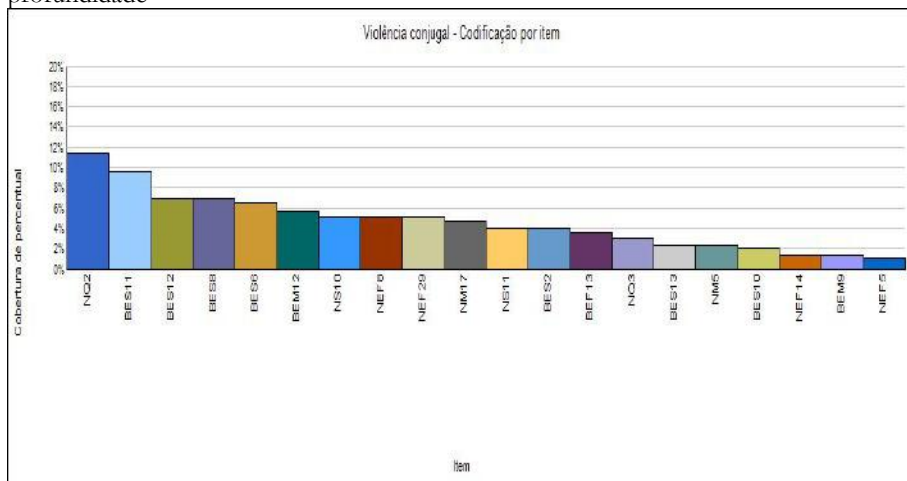
O processo de codificação foi feito inicialmente a partir de categorias empíricas identificadas na leitura flutuante das entrevistas narrativas. Nessa primeira etapa de codificação buscou-se sentidos atrelados aos conteúdos das falas e atribuídos diretamente ao conteúdo da fala transcrita.

Em seguida, as codificações foram comparadas, agrupadas e padronizadas, gerando uma codificação única para o conjunto das entrevistas. Dessa forma, uma gama variada de situações identificadas foi alocada em duas matrizes, que demarcam o espaço social de ocorrência da violência, objeto de análise desse artigo.

A base de construção dessas matrizes foi gerada a partir das situações de violência de gênero relatadas pelas mulheres, codificadas uma ou mais vezes e alocadas nas duas matrizes. As situações de violência aparecem em espaços públicos e privados, no âmbito das relações pessoais, familiares, na sociedade mais ampla, no trabalho, na vida pública.

Os gráficos 1 e 2 descrevem as 20 entrevistas em que aparecem “falas” significativas de violência de gênero. O detalhamento nos gráficos revela que o fenômeno da violência é transversal e afeta os distintos grupos de mulheres, ainda que de maneira diferente.

Gráfico 1 – Mulheres que mencionaram violência conjugal em entrevista em profundidade



Fonte: Interseções gênero e raça/etnia: estudo comparativo entre mulheres negras e brancas do sudoeste da Bahia (2010-2014). Legenda: NQ = mulher negra quilombola; BES= branca escolaridade superior; BEM= branca escolaridade nível médio; BEF= Branca escolaridade fundamental; NEM= negra escolaridade nível médio; NEF= Negra escolaridade fundamental; NES= negra escolaridade superior.

Gráfico 2 – Violência nas narrativas das mulheres entrevistadas



Fonte: Interseções gênero e raça/etnia: estudo comparativo entre mulheres negras e brancas do sudoeste da Bahia (2010-2014) Legenda: NQ = mulher negra quilombola; BES= branca escolaridade superior; BEM= branca escolaridade nível médio; BEF= Branca escolaridade fundamental; NEM= negra escolaridade nível médio; NEF= Negra escolaridade fundamental; NES= negra escolaridade superior.

Cada entrevista foi analisada e o trecho mais expressivo em relação à violência sofrida ou percebida; pela mulher foi extraído para análise uma única vez. Nem todas as falas foram consideradas, aquelas falas lacônicas, compreensíveis apenas quando lidas na íntegra ou com ideias subentendidas, também foram retiradas.

A partir da análise das narrativas foram elaboradas duas matrizes para melhor compreensão sobre a violência de gênero. A recorrência do tema no conjunto das entrevistas permitiu considerá-lo para análise sem deixar de levar em conta a estrutura narrativa e a inteireza das ideias no conjunto das entrevistas do processo de análise.

Desvelando relatos de violência no sertão baiano

A transformação da intimidade, baseada em novos padrões de conjugabilidade, requer da sociedade uma nova mirada sobre o contexto social e cultural, no qual se estruturam as relações de gênero, raça/etnia e classe.

O fato de a violência de gênero atingir mulheres de distintas classes sociais de raças/etnias, de idades e de níveis de escolaridade diferenciados faz desse fenômeno um eixo importante para análise sobre as condições de vida das mulheres na atualidade. Percebemos no conjunto de narrativas que a violência é um importante motivo para o fim de um relacionamento conjugal, seja rompendo as interações pessoais, seja denunciando ou rompendo definitivamente o contato com o parceiro íntimo:

A complexidade das interações sociais direciona o sentido do jogo. As formas de expressão da violência e as estratégias para lidar com as variadas consequências da violência de gênero, independente do lugar social que a mulher ocupa, demarcam uma nova condição social e uma situação de vida.

Os limites entre vida pública e privada, difíceis de definir, criam rupturas que permitem o surgimento de novas formas de subjetivação e modos de vida atravessados por novas tecnologias, que fazem do mundo atual e dos acontecimentos algo concreto para ser analisado.

A intimidade como instância de gestão de afetos e de construção de uma “política de vida”, a que se refere Antony Giddens (1993), permite o reconhecimento mútuo e a construção de si e do outro a partir do respeito e afetos mútuos (HONNETH, 2003). Hoje é particularmente importante pensar acerca das esferas de reconhecimento, nas quais a dimensão da identidade subjetiva é extremamente relevante. Num sentido teórico, a produção de Honneth (2003) auxilia na compreensão do mundo e seu impacto nos modos de ser e estar na sociedade moderna (ALBORNOZ, 2011).

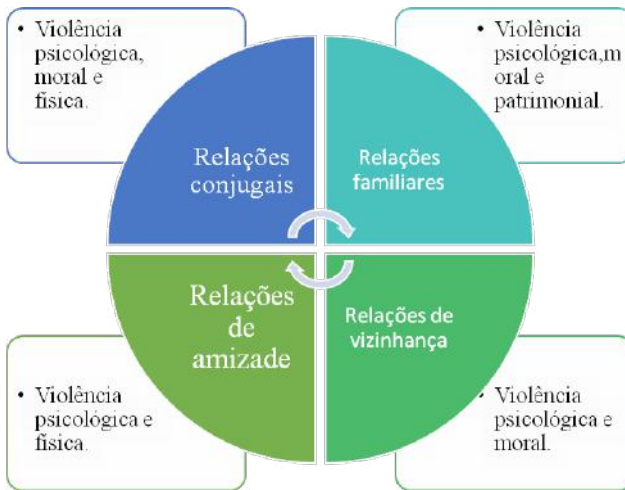
O processo de transformação da intimidade está presente em nossas vidas, tanto pela interferência de novas formas de conduta social e moral, quanto na incorporação de novas formas de convivência cotidiana e amorosa. Os discursos sobre a violência de gênero foram estruturados em duas matrizes que informam o tipo e o espaço de ocorrência e o tipo de violência mencionada, como mostram as figuras abaixo:

Figura 1 – Espaços Públicos de ocorrência da violência de gênero citados pelas mulheres entrevistadas.



Fonte: Intersecções gênero e raça/etnia: estudo comparativo entre mulheres negras e brancas do sudoeste da Bahia (2010-2014), CNPq – Edital de Gênero.

Figura 2 – Espaços da vida privada e de ocorrência da violência de gênero referidos pelas mulheres entrevistadas.



Fonte: Intersecções gênero e raça/etnia: estudo comparativo entre mulheres negras e brancas do sudoeste da Bahia (2010-2014) CNPq – Edital de Gênero.

As matrizes apresentam a violência como um fenômeno enraizado nos diferentes espaços e interações sociais. A violência de gênero é sentida nos meios virtuais, nas redes sociais. A percepção ampliada de violência é crescente e reafirma teses já bem estabelecidas sobre o problema da violência de gênero e a sua origem advinda do sistema patriarcal.

A seguir apresentamos um conjunto de relatos que materializam essas situações, nas quais as mulheres são afetadas na identidade pessoal. O conjunto de relatos materializa formas recorrentes de violência que afetam as mulheres do sertão baiano.

Relatos de violência

Assim teve uma discussão assim com meu padrasto que **ele é muito violento**, ele é muito... Teve um dia que eu estava até grávida e a roça dele é do outro lado, minhas galinhas estavam entrando e ele matava e ele falou que matava e matava mesmo ai eu ia falar com ele espalitava eu só chorava não podia fazer nada e meu esposo ia falar com ele dizia que era mentira minha, quando eu ia falar ele falava mal, falava mal, falava mal e quando meu esposo ia falar ele dizia que não eu era que estava caçando intriga caçando briga ai agente discutia bastante, ai eu ia falar com minha mãe minha mãe é contra por causa dele eu ganhei neném ela não veio aqui por causa dele ai eles fica de lá e eu fico de cá.” **[E você tomou alguma atitude frente a essa situação?]** “bom eu até procurei só que o

dia que era pra ir foi o dia que tinha ganhado neném aí eu não fui, aí ele parou depois disso só que aí ficou por isso mesmo eu não fui lá. **[Quando você fala eu procurei]** a justiça, aí quando era pra eu tinha ganhado neném eu deixei pra lá eu fiquei até com medo também que mexer com esse tipo de gente. (NEGRA, QUILOMBOLA, ESCOLARIDADE FUNDAMENTAL, Negrito nosso).

Eu acho que é toda uma cultura que vem encima delas, (de) de medo, (de) de dependência do marido, (de) de não querer sair de casa, de *'depois eu vou pra onde'*, de *'ele aí me bater de novo'*, né, de não tomar atitude. Não ir atrás. Têm casos aqui na... De encaminhar, fazer tudo e depois vem à pessoa, a mãe do aluno né, **que foi agredida falar 'não, eu vou retirar tudo. Não quero dar queixa contra ele, não quero que ele se prejudique'**, né. Da figura masculina contribui totalmente. Eu não, me tocar a mão o mundo acaba. Ele sabe, meu marido fala *"Olhe você é igual à polícia de Salvador, bate depois pergunta"*, eu falo **"não, bater eu não bato não, mas apanhar, homem nenhum me toca"**. Porque eu fui uma menina que meu pai nunca me bateu, minha mãe nunca me bateu. Homem nenhum toca a mão em mim. Eu tenho isso assim firme dentro de mim e a mesma coisa eu passo pra minha filha *"não deixe ninguém te agredir fisicamente, jamais, em tempo algum"*. Isso pra mim é claro como água. (NEGRA, ESCOLARIDADE SUPERIOR, Negrito nosso).

Com certeza, com certeza. **E aí eu pego o que tiver na frente e jogo e bato.** Foi uma época muito difícil, porque a gente teve uma crise, 25 anos de casados quase, claro que nós tivemos várias crises. Tivemos uma crise muito feia quando os gêmeos nasceram e de chegar à agressão mesmo e eu revidei muito forte e ele ficou com medo. E ele viu, porque (eu, eu) eu falo direto **"mulher que apanha de homem pra mim tem que apanhar 10 vezes"** porque eu não apanho de homem não. **Agressão de homem eu não recebo, tá mais fácil ele me denunciar do que denunciar ele. Não aceito de forma alguma.** Não, porque assim... Não, foi uma coisa pontual, sabe que já passou. Deve ter quantos anos? Os meus gêmeos tem 12 deve ter, eles tinham dois, deve ter 10 anos, passou, graças a Deus. (NEGRA, ESCOLARIDADE SUPERIOR, Negrito nosso).

Não, **em palavras, já teve.** Em palavras já teve, assim, uma chefe de trabalho minha que me deu uns, uns dias de licença de mudar... Daí quando eu retornei, **ela ficou duvidando que eu não tivesse mudado esses dias e foi minha palavra contra a dela. Quando eu entrei no local de trabalho, ela me...** Falou mal na frente de todo mundo. Tendeu? Só que a minha sorte que eu tinha lá... Ela mesma tinha feito, e com a própria letra dela, a minha saída e a minha chegada. Daí... Na hora, eu fiquei muito chateada com ela. Mas depois ela reconheceu que ela estava errada e me pediu desculpa. Assim... **A forma mais forte que eu...** Tenho foi essa lembrança. Pelo fato de tá todo mundo assim e ela chegar e "ah, quê que você veio fazer aqui" e tal... "por que você não apareceu aqui no trabalho?" se ela tinha me dado... Eu estava com férias atrasadas,

ela teve que dar de alguns dias e ela tinha me dado... Esses outros dias e ficou duvidando que não tivesse me dado. (NEGRA, ESCOLARIDADE DE NÍVEL MÉDIO **Negrito nosso**).

Não, foi de colega assim, **o namorado dela ficava mexendo comigo e ela achava que era eu que queria o namorado dela, aí ela voou pra bater, só que como eu era mais novinha, eu que apanhei né. Incrível que eu sempre me lembro disso, então à pergunta veio...** Não, a gente pegou, damos tapa, puxamos o cabelo, só que como eu saí apanhada eu fui embora chorando pra casa. Não, não comentei com ninguém. Minha mãe perguntou por que eu estava chorando, eu falei: “não é nada não”, fui pro quarto chorando e só isso. (NEGRA, ESCOLARIDADE FUNDAMENTAL, **Negrito nosso**).

Teve uma, um episódio, assim, em que eu, que **eu era estagiária, de um, de um, de m instituição aqui, e aí eu, eu estava atendendo uma criança e a pedagoga do lugar lá, ela achou assim que eu tinha feito como foi, em me lembro de mais, achou que eu tinha tirado o menino da sala sem a permissão dela, só que ela não estava presente e eu tinha pedido a permissão uma semana antes pra, pra tanto pra professora quanto pra psicóloga do lugar e aí ela nesse, nesse momento ela, eu me senti agredida por ela, humilhada, porque eu estava numa situação assim de, de eu ia fazer uma entrevista com a, com a mãe dessa criança e aí ela, essa, essa mulher começou assim, entrou assim de chupetão na sala e começou a gritar comigo, falar que, é, que eu, o que é eu, porque que eu era eu era apenas uma estagiariazinha que eu não tinha direito de passar por cima da decisão dela, do poder dela... Falou um monte de coisas assim, sabe? E eu fiquei assim, é, tentando me defender, mas quase sem voz pra falar, aí eu, recentemente né, que eu não lembro assim, não estou lembrando-se de outra situação, mas assim recentemente o que me aconteceu, que eu me sentir muito agredida por isso, e por isso que eu acho que assim depende muito da posição que você tá nessas relações assim que hoje em dia... É valorizadas de poder, de status, de dinheiro, então a discriminação num, depende só da cor, mas dá do contexto social, do contexto que você se encontra, então, eu estava lá tentando fazer meu trabalho, sobre supervisão, tinha pedido autorização, tinha buscado tentado fazer da maneira correta e aí assim, ela achou que eu tinha passado pela ordem dela e me agrediu, ela foi ela foi bem grosseira pra falar comigo, tinha, na frete da mãe do menino que eu atendia né, aí foi bem constrangedor. (BRANCA, ESCOLARIDADE SUPERIOR, **Negrito nosso**).**

Assim, eu já me senti agredida sim com palavras, mas não assim é... Com toque, um tapa, nada disso eu nunca me senti agredida não, mas com palavras sim, eu já me senti, tanto no meu trabalho como também, né? Em casa às vezes assim... **Debatendo alguns assuntos com meu esposo, mas assim, no físico não.** Bem, os motivos são cotidianos mesmo, né? Cotidiano ali a respeito, a respeito do casamento, a respeito de filho, querer que o marido participe mais né, fazer algumas cobranças, mais o desfecho foi tudo bem né, e na escola por al-

gumas cobranças, algumas vezes ou algumas coisa que eu não concorde em dar opinião em algum assunto, mas também o desfecho foi tudo bem, não teve ninguém com mágoas, ninguém ficou magoado, foi uma coisa momentânea mais que passou logo. (BRANCA, ESCOLARIDADE SUPERIOR, Negrito nosso).

Sim, quando eu tive o meu aborto espontâneo. Eu estava com um mês e pouco de gestação e o médico, foi uma gravidez que salvo engano denominado de “ovo cego”. Você tem o saco gestacional, mas não tem embrião. E na época que foi feita um ultrassom. O médico perguntou qual método eu tinha utilizado para abortar e eu saí chocada, impactada, revoltada porque eu jamais teria praticado ou pratiquei né, não vou praticar (riso) né. Eu acho que é uma opção e minha opção é não aborto. Então eu me senti violentada pela forma como eu fui abordada pelo médico né, quando na verdade eu tive uma gestação sem embrião, só com o saco gestacional que é algo que não é tão incomum e que minhas duas irmãs, a gente tem vários problemas para engravidar, pra manter gravidez e minhas outras irmãs também tiveram. Mas a forma como ele me abordou, me agrediu. (BRANCA, ESCOLARIDADE NÍVEL SUPERIOR, Negrito nosso)

No conjunto de 128 entrevistas transcritas, **nenhuma mulher branca de escolaridade fundamental e média** mencionou perceber a violência de gênero em seu cotidiano. Isso é um dado relevante e deve ser esmiuçado por novas pesquisas. Não encontrar relatos de violência entre mulheres brancas com escolaridade fundamental e média, em certo sentido, é significativo, por indicar silenciamento e, até mesmo, a não percepção desse tipo de fenômeno da vida social. Indica a necessidade de estudos detalhados sobre a dimensão da violência contra as mulheres nas diferentes esferas de reconhecimento pessoal, social e político, para que haja avaliações quanto à efetividade das medidas de combate à violência de gênero, para a superação da banalização da violência no cotidiano, e para se romper o silêncio que encobre a violência vivida por muitas mulheres.

A compreensão acerca desse fenômeno é parte importante do aprimoramento de ações e políticas públicas voltadas para o enfrentamento da violência, e para compreender as variadas formas de manifestação da violência, que afetam a vida das mulheres de maneiras distintas. Há a necessidade de uma democracia afetiva na vida íntima e pessoal a partir de uma pedagogia do afeto que transforme o cotidiano.

O amor moderno se dá no encontro diário, seja numa relação afetivo-sexual ou não. Desse modo, não se trata de separar o amor da sexualidade. Luc Ferry (2012) em “*A revolução do amor*” tece uma concepção de “amor” e de “sexo” como parte do necessário reconhecimento do outro como sujeito merecedor de afeto e apego.

A demanda por democratização do afeto nasce como parte de uma política do cotidiano, dos pequenos gestos e de gentilezas, tão necessárias à convi-

vência. A violência destrói toda e qualquer chance de laço e de aconchego familiar.

Existe uma linguagem de gestos e palavras que dilapida os limites pessoais e grupais, que impedem o processo de individualização no sertão baiano. A violência, que interrompe o fluxo de trocas e interações no cotidiano, também se materializa na linguagem dos gestos, nas palavras, constituindo-se como uma forma negativa dos dispositivos de individualização.

Nesse sentido, quando a violência aparece na relação conjugal faz desaparecer a solidariedade e reafirma uma (des)ordem. Na obra intitulada “*A transformação da intimidade*” Giddens (1993) interpela a intimidade para reconstituir as relações amorosas e a democratização dos afetos como algo urgente, como parte do processo de transformação das relações e de acesso à justiça e direitos das mulheres. A violência de gênero é, então, uma reação às transformações exigida pelas mulheres no âmbito da vida pública e privada.

Há grandes expectativas frente ao avanço da igualdade de oportunidades no mundo do trabalho, na transformação da família, como possibilidade de incremento da democracia afetiva. A plasticidade na socialização de gênero permite dimensionar as desigualdades e a capacidade de adaptação às relações de gênero mais igualitárias, nas quais a reflexão sobre si mesma é fundamental, um elemento de transformação das relações estabelecidas.

O crescimento da violência de gênero, segundo Giddens (1993) é também um indicador do grau de frustração das expectativas dos homens frente ao avanço das mulheres na conquista por direitos. Ou seja, compreender as transformações que se seguem e adaptar-se a elas é também parte fundamental do desenvolvimento das parcerias afetivo-sexuais modernas.

Tais transformações, em parte, vêm do processo de mobilização por direitos em torno da democracia afetiva empreendida pelo movimento LGBTTT+ que questiona a heteronormatividade e a estrutura conjugal vigente. De acordo com Giddens (1993) a transformação da intimidade, da família particularmente é parte de um conjunto de transformações sociais das sociedades ocidentais desde o despertar da modernidade.

O movimento LGBTTT+ construiu um conjunto de possibilidades de vivência amorosa, que, segundo Giddens (1993) deu a esse segmento a possibilidade de experimentar outras formas de amor e construir uma política de afetos para além das regras heteronormativas. A obra de Michel Foucault (1990) “*História da Sexualidade*” é fundamental para pensar a ordem social que se instalou com a sociedade moderna ocidental.

Na vida conjugal, na heteronormatividade, os filhos legítimos surgem em consonância com essa nova ordem social, para o qual o Estado Moderno legisla, traçando um conjunto de leis e de normatização da vida privada e pública. O puritanismo e o ascetismo inauguraram uma ordem conjugal, fundada na ideologia do amor romântico.

A estrutura social que nasceu desse processo demarcou o espaço da casa como o único espaço legítimo de vivência da afetividade. O casamento, fundado na sociedade ocidental (Pateman, 1993) é parte de um contrato histori-

camente marcado por assimetrias de gênero. Grande parte das tensões de gênero surge daí, da completa ausência de autonomia das mulheres.

Chauí (1981) menciona em sua obra “*Repressão sexual: essa nossa desconhecida*” que as mulheres se constituíram historicamente como sujeitos heterodeterminados, como sujeitos para o outro. Para transformar essa realidade, além de acabar com as desigualdades de gênero é necessário transformar práticas sociais, fazer erigir uma nova ética de gênero. A vivência livre da sexualidade depende da capacidade da mulher em escolher autonomamente seus parceiros íntimos.

Ao analisar a conjugalidade entre mulheres da periferia de São Paulo, percebemos que refletir sobre a trajetória afetiva-sexual constitui-se como um ponto de partida importante para compreender as escolhas pessoais e de gênero (SOUZAS; ALVARENGA, 2001). A narrativa sobre si permite desvelar nexos entre gênero, raça/etnia e classe que fundamentam o processo de escolhas e as trajetórias afetivas e sexuais.

Os direitos sexuais e reprodutivos estão intrinsecamente relacionados ao usufruto da liberdade e autonomia das mulheres. Ter ou não ter filhos depende de a capacidade das mulheres fazerem valer a sua vontade (SOUZAS; ALVARENGA, 2007). Por essa razão é importante compreender que as desigualdades estruturais formam um conjunto de fatores que condicionam a vida das pessoas (ALVARENGA; SOUZAS, 2017).

As condições de vida diferenciadas para mulheres negras e brancas estruturam as desigualdades decorrentes do processo de escravização negro-africana. Esse processo de diferenciação social é bem detalhado na obra de Ângela Davis (2016, 2017, 2018).

Tais diferenciações só podem ser percebidas como uma ordenação estrutural da desigualdade interseccional. Dessa forma, existe a possibilidade de se perceber tais diferenciações nos corpos, como dispositivos de poder, de materialização da desigualdade. Nesse sentido pensar as relações de gênero, raça e classe, e interpelar as desigualdades estruturadas a partir daí requer tanto a busca de padrões de desigualdade quanto padrões de linguagens de exclusão.

A obra seminal de Fanon (1983) nos permite pensar sobre a repercussão do processo de escravização negro-africana e do racismo, hoje. As subjetividades negras são também expressões de padrões de desigualdades corporificadas. Oportunidades de vida desiguais colocam as mulheres e suas diferenças em posições sociais e arranjos conjugais hierarquicamente desiguais, com possibilidades de vivência do afeto, da família, da vida profissional e da liberdade de gênero também desiguais. Entre casais heterossexuais e hétero-normativos essa equação pode ser bastante complexa, com maior prejuízo para as mulheres.

Considerações finais

O conceito ampliado de violência de gênero, que considera diferentes formas de relação social, permitiu a compreensão da violência como um elemento presente nas diferentes interações sociais, nas quais entra em jogo um

conjunto de sentidos atribuídos sobre ser mulher “branca” e “negra” na sociedade brasileira, e, particularmente, no interior da Bahia.

O jogo de sentidos não é fixo e é constituído numa gramática moral típica. Assim, o fenômeno da violência se transmuta e é reelaborado no conjunto de relações e interações sociais a partir das transformações sociais. Entretanto, as mudanças significativas só são possíveis quando há uma mudança na ordem estrutural, que reorganiza as relações. Nesse sentido é possível afirmar que a centralidade do arquétipo de Lampião e Maria Bonita é também ressignificada pela transformação da gramática social e moral ditada por uma ordem cultural inscrita socio historicamente.

As dimensões e interações da vida pessoal atingem as identidades subjetivas e comprometem o desenvolvimento das pessoas em suas habilidades e potenciais humanos. O processo de individualização, típico das sociedades modernas e ocidentais, em certa medida, é negado no cotidiano do sertão baiano.

Compreender a dinâmica das esferas de reconhecimento é fundamental para obter relações mais igualitárias. Desse modo, atuar contra a violência tem um triplo benefício, amplia a autonomia das mulheres, permite o autorrespeito e o respeito mútuo fundamental à honra e à possibilidade de uma convivência baseada no respeito e no amor.

Referências

- ALBORNOZ, S. G. As esferas do reconhecimento: uma introdução a Axel Honneth. **Cad. Psicol. Soc. Trab.**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 127-143, jun. 2011.
- ALVARENGA, A. T. de; SOUZAS, R. Mulheres negras e brancas e a maternidade: questões de gênero e raça no campo da saúde. **Odeere: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade – UESB**. n. 3, v. 3, jan./jun. 2017. ISSN 2525- 4715.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 2007. 224 p.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. 287 p. (Sujeito & história).
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.
- CUNHA, T. R. A. **O Preço do Silêncio: mulheres ricas também sofrem violência**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2007.
- DAVIS, Â. Y. **Mulheres, cultura e política**. São Paulo, SP: Boitempo, 2017. 196 p.
- _____. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo, SP: Boitempo, 2016. 244 p.

DAVIS, Â. Y.; BARAT, F. (Org.). **A liberdade é uma luta constante**. São Paulo: Boitempo, 2018. 138 p.

FERRY, L. **A revolução do amor**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2012.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Rio de Janeiro: Fator, 1983. 190 p. (Coleção Outra gente; 1).

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. Volume 3. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990. (Biblioteca de filosofia e história das Ciências; 14 - 16).

HONNETH, A. **Luta pelo reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2003.

NOGUEIRA, O. Pretos (Blacks) and Mulatos (Mulattos) Among the Middle Classes. São Paulo, 1983-1984. **Vibrant, Virtual Braz. Anthr.**, Brasília, v. 12, n. 2, p. 513-571, dec. 2015.

PATEMAN, C. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1993. 347 p. ISBN 8521900090 (broch.).

ROSA, J. G. **Ficção completa**: em dois volumes. 2 v. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995, c1994. (Biblioteca luso-brasileira). ISBN 8521000111 (enc.).

FREYRE, G. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 27. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 1990. 568 p.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. 158 p. (Ed. Fundação Perseu Abramo). ISBN 9788576432852 (broch.).

SOUZAS, R.; ALVARENGA, A. T. de. Da negociação às estratégias: relações conjugais e de gênero no discurso de mulheres de baixa renda em São Paulo. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 15-34, dec. 2001.

_____. Direitos sexuais, direitos reprodutivos: concepções de mulheres negras e brancas sobre liberdade. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 125-132, ago. 2007.